ABRAPALMA
Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma

PALMA EM PAUTA
CLIPPING DE NOTÍCIAS COM INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO SETOR QUE NÃO NECESSARIAMENTE REFLETE A OPINIÃO DA ABRAPALMA
abrapalma@abrapalma.com.br
91.99100.2669

ÓLEO DE PALMA TEM POTENCIAL PARA CRESCIMENTO NO BRASIL: Mais de 30 milhões de hectares podem ser cultivados

FOLHA VITÓRIA | por Folha Vitória
16 de maio de 2023

Estima-se que metade dos produtos embalados nos supermercados contenham óleo de palma. Além dos alimentos, o óleo está nos cosméticos, maquiagem, creme dental, sabão e outros itens de limpeza. O óleo de palma serve ainda para a produção de biodiesel e para a geração de energia elétrica.

A grande diversidade na sua utilização faz o óleo de palma ser o óleo de palma ser bastante consumido no mundo. Com produção concentrada na Ásia, em países como Indonésia, Malásia e Tailândia. O Brasil começa a se destacar nessa área.

A palma de óleo já é cultivada no Brasil, mas o país conta ainda com milhões de hectares aptos a cultivar a planta, que dá origem ao óleo de palma. Para Milton Steagall, CEO do Grupo BBF (Brasil BioFuels), empresa brasileira que atua no cultivo de palma de óleo, ampliar a produção dessa matéria-prima no Brasil significa fortalecer a economia verde e o desenvolvimento socioeconômico da região Amazônica.

“A região da Amazônia está no centro do debate global sobre mudanças climáticas e sofre com problemas relacionados com a destruição do seu patrimônio natural pelo desmatamento, baixo progresso social e subdesenvolvimento econômico. A palma de óleo é uma solução para a região Amazônica, já que seu cultivo não pode ser mecanizado. Nas operações da BBF, em cinco estados do Norte do país, geramos mais de seis mil empregos diretos e mais de 18 mil indiretos", afirma.

O diferencial da produção brasileira da palma de óleo está no rigor da legislação nacional. O seu cultivo segue o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo, definido pelo Governo Federal no decreto 7.172, de maio de 2010. As áreas aptas ao cultivo sustentável da palma de óleo na região Amazônica foram definidas em um trabalho robusto desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A legislação permite que a palma de óleo seja cultivada apenas em áreas degradadas da região amazônica até dezembro de 2007. Ao todo, cerca de 30 milhões de hectares no País estão aptos a cultivar o dendezeiro, mas apenas 200 mil estão em atividade hoje.

O Grupo BBF utiliza, hoje, 75 mil hectares para a produção de palma de óleo nos estados do Pará e de Roraima. Por ano, mais de 200 mil toneladas do óleo são produzidas pela companhia, que mantém um modelo de negócio verticalizado, em que é possível atuar desde o plantio da palma de óleo, produção de biocombustíveis, biotecnologia e energia elétrica renovável.

Além da gestão de emprego, a palma de óleo conta a seu favor seu potencial de recuperar áreas já degradadas e a utilização de seu óleo para a produção de insumos que substituem produtos petroquímicos em diversas indústrias, biodiesel e energia elétrica para áreas remotas, que fazem parte dos sistemas isolados.

“É uma matéria-prima para substituir o diesel S500, um combustível fóssil altamente poluente e ainda bastante utilizado na geração de eletricidade nas localidades isoladas da Amazônia. O biodiesel de palma não contém enxofre, não emite substâncias cancerígenas e evita a emissão de CO2, oferecendo benefícios ambientais, sociais e à saúde pública”, afirma Steagall.

SOBRE O GRUPO BBF

O Grupo BBF (Brasil BioFuels), empresa brasileira fundada em 2008, atua no cultivo de palma de óleo, com área cultivada superior a 75 mil hectares e produção de cerca de 200 mil toneladas/ano de óleo. A empresa atua em soluções sustentáveis para a geração de energia renovável nos sistemas isolados, com usinas termelétricas movidas a biocombustíveis produzidos na região. Sua atividade agrícola recupera áreas que foram degradadas até 2007 na Amazônia, seguindo o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo (ZAE), aprovado pelo Decreto 7.172 do Governo Federal, de 7 de maio de 2010.

A BBF criou um modelo de negócio integrado em que atua do início ao fim da cadeia de valor - desde o cultivo sustentável da palma de óleo, extração do óleo bruto, produção de bicombustíveis, biotecnologia e geração de energia renovável – com ativos totalizando cerca de R$ 2,1 bilhões e atividades gerando mais de 6 mil empregos diretos na região Norte do Brasil. As operações da BBF estão situadas nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Pará, compreendendo 38 usinas termelétricas (25 em operação e 13 em implementação), 3 unidades de esmagamento de palma de óleo, uma extrusora de soja e uma indústria de biodiesel.

A empresa está expandindo sua oferta de biocombustíveis e firmou parcerias para produção de Combustível Sustentável de Aviação (SAF) e de Óleo Vegetal Hidrotratado (HVO), também chamado de diesel verde. Os novos combustíveis sustentáveis serão produzidos a partir de 2025 na primeira Biorrefinaria do país, em fase de construção na Zona Franca de Manaus.

PAÍSES DA UE ADOTAM LEI COM NOVA REGRA ANTIDESMATAMENTO

Valor Econômico | Internacional
17 de maio de 2023

Samuel Petrequin Associated Press, de Bruxelas Os 27 países da União Européia (UE) adotaram ontem formalmente novas regras que devem ajudar o bloco a reduzir sua contribuição para o desmatamento mundial. Pela nova legislação, as empresas que comercializam óleo de palma, gado, madeira, café, cacau, borracha e soja precisarão comprovar que os produtos que vendem na UE não causaram desmatamento ou degradação florestal.

CONSELHO EUROPEU APROVA LEI QUE BANE PRODUTOS QUE CAUSAM DESMATAMENTO NO PAÍS DE ORIGEM

InfoMoney – Online
16 de maio de 2023

Novo regulamento inclui ainda regras contra violações dos direitos humanos e dos povos indígenas e fixa multa para infratores Uma nova regulação para barrar, na União Europeia (UE), o consumo e comércio de commodities e de outros produtos que tenham causado desmatamento foi aprovada nesta terça-feira (16) pelo Conselho Europeu. A regulação estabelece novas regras para a comercialização na região de óleo de palma, gado, madeira, café, cacau, borracha e soja, além de produtos derivados como chocolate, móveis e papel impresso.

Pelo regulamento, os comerciantes terão de verificar se os itens foram produzidos em solo que não sofreu desmatamento ou degradação florestal, e sob princípios da proteção dos direitos humanos e dos povos indígenas.

Apenas produtos que não provocaram desmatamento e que estão de acordo com a legislação do país de origem poderão ser importados ou exportados da UE, de acordo com o Conselho Europeu. A regra vale para o material produzido após 31 de dezembro de 2020.

A ratificação do Conselho foi a última etapa de aprovação e as novas normas entrarão em vigor 20 dias após sua publicação no diário oficial da UE.

O texto também prevê sanções. A Comissão disse, em comunicado, que as multas proporcionais aos danos ambientais e ao valor das mercadorias ou produtos relevantes devem ser fixadas em, pelo menos, 4% do volume de negócios anual dos operadores na UE e incluir uma exclusão temporária dos processos de licitação pública e do acesso a financiamento público.

AVANÇAM PESQUISAS DE NOVAS MATÉRIAS-PRIMAS PARA OS TRADICIONAIS BIOCOMBUSTÍVEIS

biodieselbr.com | Notícias
16 de maio de 2023

Os combustíveis são elementos que, literalmente, fazem a economia rodar e as sociedades se movimentarem, abastecendo frotas de veículos e alimentando motores nas indústrias. Eles são também uma das principais fontes de gases de efeito estufa que estão provocando as mudanças climáticas, o que demanda uma série de mudanças para descarbonizar o setor e diminuir seus impactos ambientais. Uma delas é o uso de biocombustíveis.

Existem dois tipos principais de biocombustíveis no Brasil: o etanol - produzido em sua maioria com cana de açúcar, além de milho - e o biodiesel, feito principalmente a partir da soja, mas também de gorduras animais, diferentes culturas oleaginosas e óleo de cozinha usado. Os biocombustíveis podem substituir parcial ou totalmente os combustíveis derivados de petróleo e gás natural em motores à combustão ou na geração de energia, do ponto de vista técnico.

No Brasil, toda gasolina comercializada possui 27% de etanol anidro na sua composição, por lei, e também é possível abastecer os carros leves com 100% de etanol hidratado. No caso do diesel, a porcentagem de biodiesel passou de 10% para 12% a partir de 1º de abril deste ano, com previsão de aumentar gradualmente para 15% até 2026 e 20% a partir daí; existe biodiesel 100%, mas não está disponível para comercialização em larga escala em postos de abastecimento e também demanda um ajuste no motor dos veículos. Apesar de ambos serem combustíveis, o etanol e o biodiesel servem a propósitos diferentes, cada um funcionando em um motor próprio para cada tipo.

Segundo a União para a Promoção de Plantas Oleaginosas e Proteicas (UFOP), com sede na Alemanha, cerca de 7% de 1,4 bilhão de hectares de culturas como grãos, oleaginosas, proteínas, açúcar e fibras, frutas, vegetais, nozes e outras cultivadas em todo o mundo foram destinados à produção de biocombustíveis em 2020. Essa produção está localizada principalmente em países onde já existe um excedente de matéria-prima e obrigações de mistura legalmente prescritas. O uso desse excedente na produção de biocombustível, segundo a entidade, reduz o excesso de produção, gera valor agregado extra e diminui a necessidade de divisas para importações de petróleo bruto ou combustíveis fósseis.

Em termos ambientais, um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) feito na região metropolitana de São Paulo mostra que a adição de 10% de biodiesel ao diesel evita 4,8% das emissões do setor de transportes e 244 mortes anualmente. Os resultados também apontam que o uso do etanol contribui para a redução de 7,2% de concentração de particulados associada ao setor de transportes e evita 371 mortes por complicações decorrentes da poluição. Outra avaliação, da organização americana Clean Fuels, demonstra que a adoção do biodiesel diminui o risco de câncer, mortes prematuras, ataques de asma e menos dias de trabalho perdidos.

NOVAS FONTES PARA O ETANOL

Em 2022, a produção de etanol total foi de 29 bilhões de litros, segundo o Observatório da Cana e Bioenergia, da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica). A matéria-prima principal é a cana-de-açúcar, seguida pelo milho, que na última safra respondeu por 15% da produção na região Centro-Sul. Dados da Unica mostram que o uso do etanol evitou a emissão de 630 milhões de CO2 equivalente desde 2003, quando foi lançada a tecnologia flex.

Visando à diversificação para suprir demandas diversas, desenvolver cadeias produtivas e contribuir para o cumprimento das metas de descarbonização do país, outras matérias-primas têm sido estudadas para conversão em etanol: é o caso do agave e os cereais de inverno.

Com foco no Nordeste, o programa BRAVE (Brazilian Agave Development) estuda o potencial do agave - principal matéria-prima da tequila - como fonte de biomassa para a produção de etanol, biogás e outros produtos no sertão nordestino. A Shell Brasil, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Senai Cimatec firmaram um acordo de parceria para iniciar nova fase do programa, que prevê o desenvolvimento de tecnologias de mecanização para o plantio, colheita e processamento de diferentes espécies de agave. As duas frentes de atuação vão correr simultaneamente, ao longo de cinco anos, com investimento de aproximadamente R$ 100 milhões.

A intenção é utilizar 100% do potencial do agave para obter etanol de primeira e segunda gerações, visando a implantação de uma nova cadeia de negócios, explica André Oliveira, gerente executivo do Senai Cimatec, em nota. Em Salvador, serão construídas plantas-piloto para validar o escalonamento dos processos, além de testar e avaliar técnicas de adensamento e crescimento do agave. A iniciativa é uma das primeiras do Cimatec Sertão, campus dedicado a desenvolver tecnologias de produção industrial para exploração do potencial do Semiárido da Bahia, contribuindo com a geração de emprego e renda para as comunidades locais e a sustentabilidade do setor.

No extremo sul do país, o foco de estudo são os cereais de inverno: trigo, cevada, centeio, aveia e triticale (cruzamento de trigo e centeio). O Rio Grande do Sul importa 99% do biocombustível que utiliza, o que levou o estado a avançar na pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas locais para produção própria de etanol, por meio da Política Estadual de Estímulo à Produção de Etanol (PL 292/20) e do seu Programa Estadual de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Etanol (Pró-Etanol).

Um dos grandes investimentos que integra essa agenda foi o anúncio por parte da Be8, maior produtora de biodiesel do Brasil (com 14% do mercado), de construir a primeira usina de etanol de grande escala do RS, localizada em Passo Fundo. A partir de 2027, quando totalmente instalada, a unidade processará 1.500 toneladas de cereais por dia para produzir 220 milhões de litros de etanol - suprindo 23% da demanda do estado - e 155 milhões de toneladas por ano de farelo para a cadeia de proteína animal, oriundo da

produção do etanol. O investimento total do projeto é de R$ 556 milhões. A partir de agora, segundo informações da assessoria, a empresa avança para finalizar todos os estudos necessários, projetos de engenharia e a estrutura de financiamento para que a planta comece a operar na safra de trigo de 2024.

Com o objetivo de se tornar uma companhia de tecnologia global focada na área de energias renováveis, a empresa também possui, no Paraguai, o projeto da biorrefinaria Omega Green, que produzirá biocombustíveis avançados (diesel verde, combustível sustentável de aviação, gás natural liquefeito, hidrogênio e amônia verdes). Para produzir os novos materiais para a unidade de etanol no RS, a Be8 estabeleceu uma parceria com a Embrapa Trigo e com a Biotrigo Genética, empresa de melhoramento genético do trigo.

A Embrapa Trigo tem no seu portfólio sementes e material genético de espécies de trigo e triticale com níveis de amido que podem viabilizar economicamente a produção de etanol, afirma Jorge Lemainski, chefe geral da Embrapa Trigo, em entrevista ao Um Só Planeta. Os cereais são utilizados tanto na alimentação humana quanto animal, mas a Embrapa desenvolveu espécies de trigo e triticale para uso específico na produção de etanol, com alto teor de amido.

Além da Be8, Jorge menciona outras iniciativas de empresas e cooperativas que estão trabalhando para começar a usar os cereais de inverno para produção de etanol, incluindo a Cotrijal Cooperativa Agropecuária e Industrial, Vinema Biorrefinarias do Sul e Viadutos Biorrefinaria de Etanol.

"Nós temos terras suficientes para suprir a demanda de cereais para etanol e transformar isso numa atividade que contribui para a descarbonização do país [os cereais de inverno absorvem mais carbono do que a soja, segundo pesquisa da Embrapa], que melhora a estrutura do solo e que dinamiza a economia devido à intensificação das atividades do outono e inverno, diluindo os custos fixos e investimentos das propriedades e aumentando a competitividade", explica Jorge. Todas as soluções agrícolas e tecnológicas já estão prontas, afirma, então a partir de agora é preciso que as plantas industriais sejam finalizadas e o plantio seja iniciado para abastecer essa indústria.

NOVAS FONTES PARA O BIODIESEL

Segundo a Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), o volume de biodiesel produzido de 2008 a 2022 (59,6 bilhões de litros) substituiu a importação de diesel de petróleo no mesmo volume e evitou a emissão de 113,1 milhões de toneladas de CO_2 equivalente. Dependendo da matéria-prima e do processo industrial, afirma a entidade, a utilização do biodiesel reduz as emissões de gases de efeito estufa de 70% a 94%.

As principais matérias-primas para a produção nacional do biodiesel são soja (de 65% a 70%), milho, girassol, amendoim, algodão, canola, mamona, babaçu, palma (dendê) e macaúba, entre outras oleaginosas, além do óleo de cozinha usado (os quais, somados, abastecem de 30 a 35% da produção nacional).

Uma das peculiaridades sustentáveis do biodiesel é que ele é produzido a partir de rejeitos das cadeias produtivas. No caso da soja, por exemplo, o óleo é resultante do esmagamento dos grãos para fazer farelo, que segue para virar ração animal - uma parte dele é usado na indústria alimentícia e outra, na produção de biocombustível.

Segundo informações da Aprobio, duas matérias-primas estão ganhando cada vez mais espaço na produção de biodiesel. Uma delas é a gordura animal. Depois do sebo bovino, a principal, com cada boi gerando 40 kg de gordura, tem as gorduras de porco e de frango, que vêm ampliando sua participação desde 2019, sendo que o uso da gordura de porco já é maior que do óleo de algodão, de acordo com a entidade.

Outra fonte é o óleo de cozinha usado, que cresceu 30% em 2022 comparado ao ano anterior e somou 148 milhões de litros, segundo o Painel Dinâmico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O aproveitamento de óleo usado na produção de biodiesel agrega valor ao resíduo e promove a organização das cadeias de coleta para a aplicação industrial, desde o consumidor doméstico até as redes de alimentação, gerando renda para os envolvidos, informa a Aprobio. Atualmente, o óleo de cozinha usado representa 2,25% do total de insumo convertido em biodiesel, segundo a ANP, mas, no Sudeste, sua participação se aproxima dos 21%.

Como forma de ampliar esse uso, a empresa Be8 e o Grupo Madero firmaram uma parceria de compra e venda de óleo de cozinha usado dos 270 restaurantes da rede. O contrato prevê o recolhimento de 55 mil litros de óleo por mês. Também usando óleo de cozinha, a fábrica da Be8 na Suíça produz biodiesel e abastece seus caminhões com B100, ou seja, 100% de biodiesel, sem mistura. Por ser uma matéria-prima residual, não são atribuídas emissões de gases de efeito estufa a esse insumo, aumentando o potencial de descarbonização do biodiesel e elevando a quantidade de Crédito de Descarbonização (CBIO) que pode ser emitida por volume produzido.

Das culturas oleaginosas, uma que está sendo pesquisada como potencial fonte para biodiesel é o cártamo, planta exótica introduzida no Brasil e adaptada às condições do Semiárido nordestino. Segundo pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que começaram em 2009, a espécie é resistente à seca, às altas temperaturas, à baixa umidade relativa do ar e a solos salinos, além de possuir um teor de óleo de 30 a 45% em suas sementes, o que a torna uma alternativa promissora para a produção de biodiesel nas regiões semiáridas.

Segundo uma publicação do ano passado, o biodiesel de cártamo mostrou resultados satisfatórios para os parâmetros exigidos pela ANP, "se destacando como uma boa alternativa comparado com outros tipos de biodiesel discutidos nas literaturas".

DESAFIOS ÀS NOVAS MATÉRIAS-PRIMAS

Para permitir o uso energético, uma determinada cultura agrícola precisa ter larga escala de produção, o que exige domínio tecnológico e infraestrutura para cultivar, escoar e

processar a produção. A pesquisa científica, segundo a Aprobio, é fundamental para identificar novas matérias-primas e desenvolver tecnologias para cultivo, extração, aproveitamento de coprodutos e reaproveitamento de resíduos e para melhorar a produtividade e a qualidade nos processos que já estão em uso, buscando aumentar a rentabilidade do plantio e promover o ganho de escala da produção.

Junto a isso, é preciso articulação do poder público com a indústria. "Como a produção de biodiesel usa os rejeitos de outras cadeias, é complicado para o setor investir numa nova matéria-prima, então é necessário que haja uma política pública para o desenvolvimento de novas oleaginosas, e o biodiesel pode ser a garantia de utilização de parte do produto dessas culturas", afirma Julio Cesar Minelli, diretor superintendente da Aprobio, em entrevista ao Um Só Planeta.

Segundo a Aprobio, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de biodiesel, com a quantidade de 6,3 bilhões de litros produzidos em 2022. A capacidade instalada de produção atual é superior a 13 bilhões de litros por ano. Para que a produção aumente, é necessário um plano de longo prazo para que toda a cadeia se programe. "Não se pode dar um salto muito grande, você pode vir a criar uma perturbação, então é melhor que haja uma evolução gradativa", afirma o diretor da Aprobio.

Uma das medidas que busca fortalecer o setor é o apoio aos pequenos fornecedores de matéria-prima, por meio do Selo Biocombustível Social. O programa do governo federal busca auxiliar a inclusão produtiva e social dos agricultores familiares, estimular a diversificação produtiva de culturas e promover a geração de renda no campo, por meio das cooperativas agropecuárias. O programa está estruturado em 17 estados e abrange 1.100 municípios. Segundo dados do Ministério da Agricultura, em 2021 foram atendidas 72 mil famílias de agricultores familiares, envolvendo 300 mil pessoas, via 107 cooperativas. De toda a matéria-prima utilizada na produção de biodiesel no Brasil, informa Julio, 30% é adquirida da agricultura familiar.

Segundo um estudo para a transição energética no Brasil até 2050, coordenado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Centro de Economia Energética e Ambiental (Cenergia), da Coppe/UFRJ, o etanol e o biodiesel responderão pela maior parcela da oferta de bionergia até 2030. A partir de 2040, ganham destaque os biocombustíveis avançados, como o diesel verde, o bioquerosene de aviação, a gasolina verde e os biocombustíveis para uso marítimo.

"O desenvolvimento do papel dos biocombustíveis no processo de descarbonização internacional está totalmente relacionado à mobilização de governos, organizações internacionais e muitos setores que precisam acelerar a transição energética em seus negócios", afirma a Be8 em nota ao Um Só Planeta. "Em conjunto com entidades representativas do setor de biocombustíveis na Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai, expressamos a firme convicção de que é essencial que todos os governos promovam a estratégia de transição energética pelo desenvolvimento do setor, tanto para

o transporte veicular, quanto para o aéreo, fluvial e marítimo."

Acima de tudo, respeitar os biomas e sua biodiversidade deve ser um pilar dessa visão. Historicamente, o avanço de monoculturas para atender o mercado de biocombustíveis em todo o mundo traz questões polêmicas que precisam ser endereçadas dentro de políticas públicas efetivas, como o risco de locomoção da fronteira agrícola a terras marginais e áreas importantes do ponto de vista ambiental, aumento do uso e contaminação da água, além elevação do preço das commodities agrícolas, com risco à segurança alimentar.

Para Jorge, da Embrapa, a produção agroindustrial sustentável "é o único caminho para a segurança alimentar dos povos e a segurança energética". Com planejamento e trabalho em conjunto de todos os setores, é possível descarbonizar o planeta sem deixar pegadas pesadas no caminho.

Letícia Klein - Um Só Planeta.

COMISSÃO DE AGRICULTURA APROVA REQUERIMENTO PARA DEBATER AUMENTO DA MISTURA E QUALIDADE DO BIODIESEL

Canal Rural Online | Notícias
16 de maio de 2023

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (10), o requerimento de audiência pública nº 59/2023 para debater os benefícios do aumento da mistura do biodiesel ao óleo diesel e a importância da rastreabilidade sobre o setor para o avanço renovável da matriz energética brasileira. Proponente da discussão, o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) defende a contribuição econômica e social do biodiesel para o agro e, portanto, compreende a necessidade de eliminar toda a desinformação relacionada à sua qualidade.

"Dizer que o biodiesel dá problema no motor é uma completa falácia. Isso porque não existem estudos ou apontamentos técnicos que comprovem essa afirmação. O Brasil elevou recentemente o aumento da mistura obrigatória de 10% para 12%, mas já existem países que praticam 20%, como é o caso dos Estados Unidos, e que estão em fase de testes para chegar aos 40%, como se observa na Indonésia. Por isso, defendemos que o setor tenha rastreabilidade, com monitoramento desde a produção até o destino, para não deixar qualquer dúvida de que a sua expansão é absolutamente sustentável", afirmou Alceu, que é presidente da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio) no Congresso Nacional.

Além de ser considerado imprescindível para o fortalecimento do Brasil enquanto país agroambiental, o biodiesel também agrega valor às cadeias de soja e proteína animal. Isso porque a cada quilo de soja esmagado, cerca de 80% se transforma em farelo, componente usado na base das rações animais. O aumento da produção ainda estimula a geração de emprego nas indústrias - atualmente, são 19 mil postos de trabalho em 59 usinas em operação - e renda nas pequenas propriedades, com centenas de milhares de agricultores

familiares e cooperativas contempladas pelo Selo Biocombustível Social.

Com a realização da audiência pública, Alceu ainda pretende acolher sugestões de todos os atores envolvidos (órgãos de governo, entidades e especialistas) a fim de elaborar um Plano Decenal para o biodiesel, com metas renováveis anualmente. A legislação visa garantir ao setor uma política pública de longo prazo para a sua expansão sustentável em território nacional, com segurança jurídica, previsibilidade e incentivos na área de pesquisa.

Atualmente, por decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel é de 12%, com aumento assegurado e de forma escalonada para 15% em 2026.

"Um setor que gera emprego, renda e desenvolvimento para o país, como é o caso do biodiesel, não pode ficar suscetível à opinião de cada governo. Tem que ser amparado por lei, acima de tudo. É isso que estamos buscando. Com diálogo e disposição de todos, não tenho dúvidas de que chegaremos a este consenso", conclui Alceu.

A data para a realização da audiência pública deverá ser divulgada nos próximos dias. Entre os convidados estão o Ministério de Minas e Energia, ANP, CNT, Ubrabio, Aprobio e Abiove.

1º ENCONTRO DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA DA **PALMA DE ÓLEO**	PROGRAMAÇÃO ATUALIZADA
7:30h	Credenciamento
8:10h	Abertura – Roberto Yokoyama – Presidente da Abrapalma
8:20h	Palestra 1: **Valorização de subprodutos sólidos e líquidos não comercializáveis no setor de óleo de palma** - Alejandro Restrepo Gartner (Colômbia), Engenheiro Agrônomo (Escuela Agrícola Panamericana El Zamorano - Honduras), Consultor Internacional e empresário - Bioprocesos S.A.
9:00h	Palestra 2: **Tópicos de nutrição mineral de plantas: aspectos gerais** – Marcelo Melarato, Engenheiro Agrônomo (USP-ESALQ), Msc e Dr em Solos e Nutrição de Plantas (USP-ESALQ), Consultor Internacional e Empresário - M. Melarato Consultoria e Comércio.
9:30h	Intervalo para lanche no local do evento
10:00h	Palestra 3: **Tópicos em manejo da nutrição da palma de óleo** - Daniel Nolasco Machado, Engenheiro Agrônomo (UFV), Mestre em Solos e Nutrição de Plantas (UFV), Gerente Técnico da Belem Bioenergia Brasil.
10:40h	Palestra 4: **Importância nutricional dos Nutrientes K, Mg, S e Boro na cultura da Palma de Óleo** – Bernd Ditschar, Fertz Fertilizantes
11:20h	Debate

12:00h	Intervalo para almoço – livre
13:10h	Palestra 5: **Óleo de palma: revisão e perspectivas de mercado no Brasil e no mundo** -
14:00h	Palestra 6: **Polinização artificial en híbrido interespecífico, uso de ANA** – Ivan Guillermo Cruz Diaz, Engenheiro Agrônomo, MSc. Ciências Agrárias com ênfase em fisiologia de cultivos, Director Técnico Colinagro S.A.
14:30h	Intervalo para lanche no local do evento
15:10h	Palestra 7: **A geração de fluxo de caixa através da inteligencia artificial no Direito Tributário** – Ricardo Ferrari e Nayara Binda, consultores da AG Capital
15:50h	Palestra 8: **Mecanização na cultura da palma: inovações e ESG** – Fábio Reis, Gerente Coorporativo de Soluções Integradas da Agrinorte.
16:30h	Debate
17:00h	Encerramento

BELÉM/PA – 12.06.2023
INSCRIÇÕES: abrapalma@abrapalma.org